

# Continuidades históricas em *Escravos e homens livres*, de Orlando Piedade<sup>1</sup>

## *Historical continuities in Orlando Piedade's Slaves and free men*

RAQUEL LIMA

### RESUMO

Com o presente artigo pretendo fazer uma análise pós-colonial e antirracista do livro *Escravos e Homens Livres*, de Orlando Piedade, focado nas histórias de vida de uma família de africanos a viver na metrópole lisboeta no pós-abolição da escravatura, com o principal objetivo de possibilitar uma reflexão sobre as diferentes camadas de opressão do colonialismo e as continuidades históricas da escravatura desde o século XVIII até aos dias de hoje. Nesse sentido, analiso a construção literária aliada à reavistação de fatos históricos para a potencial emersão de narrativas verídicas silenciadas. Indico, ainda, os modos como o colonialismo molda vetores identitários — como raça, gênero, classe, sexualidade, faixa etária e nacionalidade, entre outros — nas suas práticas quotidianas e interações contextuais, exigindo uma revisão e complexificação de conceitos como escravatura, liberdade, abolição e heroísmo.

**Palavras-chave:** Afro-pessimismo; Antirracismo; Escravatura; Branquitude; Continuidades históricas.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi escrito por ocasião do Seminário de *Estudos Pós-Coloniais no Espaço da Língua Portuguesa* de que participei no ano letivo 2017/2018 no âmbito do programa doutoral em Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, coordenado pela professora Catarina Martins.

## ABSTRACT

With this article I intend to make a post-colonial and anti-racist analysis of Orlando Piedade's book *Slave and Free Men*, focused on the life stories of a family of Africans living in the Lisbon metropolis in the post-abolition of slavery's period, with the main objective of allowing a reflection on the different layers of oppression of colonialism and its historical continuities from the eighteenth century to the present days. In this sense, I analyze the literary depth allied to the revisiting of historical facts for the potential emergence of silenced true narratives; and I indicate the ways in which colonialism shapes identity vectors — such as race, gender, class, sexuality, age and nationality, among others — in its daily practices and contextual interactions, requiring a review and complexification of concepts such as slavery, freedom, abolition and heroism.

**Key words:** Afro-pessimism; Anti-racism; Slavery; Whiteness; Historical continuities.

## INTRODUÇÃO

Orlando Piedade nasceu em São Tomé, em 1974; estudou e cresceu em Batepá, e publicou três romances que se complementam pela coerência de um trabalho dedicado à investigação histórica, aliada à problematização cuidadosa das relações humanas com base nas memórias, pós-memórias e nas emoções. O seu primeiro livro, em 2011, foi *O Amor Proibido*, um romance baseado em fatos históricos sobre a colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe entre os séculos XV e XVIII. Em 2014 publicou o livro *Os meninos judeus desterrados* — prêmio literário Francisco José Tenreiro 2015 —, também este um romance baseado em fatos históricos, onde aborda o drama de cerca de 2 mil crianças judias retiradas aos pais e enviadas, em 1493, para povoar as ilhas de São Tomé e Príncipe.

No seu terceiro romance, *Escravos e homens livres*, lançado em junho de 2018, Piedade retrata a vida de quatro gerações de uma família africana e afrodescendente em Lisboa (assim como durante os seus percursos em Luanda e São Tomé), tendo como pano de fundo as tensões políticas transcontinentais vividas a partir da metrópole, entre o século XIX e o século XX. As personagens atravessam momentos históricos determinantes como o da pós-abolição da escravatura em Portugal, a continuação do tráfico negreiro nas colônias, a revolução liberal portuguesa e o fim do absolutismo, a independência do Brasil e o retorno da corte portuguesa para Lisboa, a implementação da primeira constituição portuguesa, entre outros acontecimentos fundamentais para a manutenção do ritmo consistente do romance e a sua contextualização histórica. Além de determinar a cadência da história, o panorama político vai servir para compreendermos a evolução ideológica das personagens, cujas decisões oscilam entre o racional e o emocional, o conhecimento de causa e a ignorância, a convicção e o oportunismo, a determinação planeada e a sorte aleatória, apresentando-nos

as ambiguidades e contradições humanas à flor das (diferentes) peles, e os atos falhos como uma componente inevitável da vida.

A escolha desse livro prendeu-se à vontade de estudar um autor são-tomense contemporâneo que tem vindo a escrever romances históricos ricos em fatos que contribuem para a recuperação de narrativas silenciadas pelo empreendimento colonial do império português, através da imposição de uma interpretação parcial e única de histórias complexas, que, como tais, são passíveis de leituras e perspectivas diversificadas. A análise da obra não pretende ser a sua revisão crítica, mas uma elaboração teórico-especulativa sobre as continuidades históricas de resistência, resiliência e heroísmo, associadas a corpos negros africanos e afrodiaspóricos sujeitos a mecanismos repetitivos e sistemáticos de racismo, segregação, abandono e apagamento do seu passado. Dessa forma nos será possível projetar esses aspectos até aos dias de hoje, com o objetivo de realizar uma atualização de formas de luta e evitar a resignação face às suas diferentes posições de subalternidade. Nesse sentido, a ênfase não estará tão presente no diagnóstico do corpo negro enquanto espaço oprimido pelas repressões de um sistema colonial, patriarcal e capitalista, mas estará mais próxima da abordagem dos *Critical Whiteness Studies*<sup>2</sup>, para ponderar de que forma se constrói um estatuto social onde predomina a ideia de que “actos de pura humanidade só podem emanar de um corpo revestido de tez mais clara.” (PIEADADE, 2018, p. 216). Além disso, terá como referência o *Afro-pessimism*<sup>3</sup>, enquanto plataforma crítica, segundo a qual se descrevem os efeitos contínuos do racismo, do colonialismo e dos processos históricos da escravatura, incluindo o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, à luz do seu impacto nas condições estruturais, nas vivências incorporadas e na experiência pessoal e subjetiva, assumindo-se

---

<sup>2</sup> Os *Critical Whiteness Studies* (Estudos Críticos da Branquitude) são uma área interdisciplinar de investigação que se desenvolveu nos Estados Unidos, particularmente desde o final do século XX, focada no que os proponentes descrevem como aspectos culturais, históricos e sociológicos de pessoas identificadas como brancas na construção social de "branquitude" como ideologia ligada ao estatuto social, segundo uma retórica estratégica que pode ser dissecada para analisar a legitimidade de valores e crenças dominantes (NAKAYAMA e KRIZEK, 1995).

<sup>3</sup> O *afro-pessimism* (afro-pessimismo) é uma linha crítica com foco nos aspectos mobilizadores e libertadores das realidades e experiências partilhadas, vivenciadas e herdadas de pessoas de descendência africana, em diferentes territórios. Os seus teóricos mais “radicais” visaram reconhecer o poder, a profundidade e a vitalidade da resiliência dos sujeitos e corpos negros diaspóricos na sua posição de renúncia, recusa, distanciamento, pavor, dúvida e abjeção como consequências dos efeitos contínuos dos traumas históricos do colonialismo. Isso inclui a perspectiva de que dismantlar a supremacia branca significaria dismantlar grande parte das instituições sociais e políticas do mundo moderno. Para um contato com o diálogo entre dois autores que tratam da temática — o camaronês Achille Mbembe e o martinicano Frantz Fanon —, ver Noguera (2018).

como um posicionamento que visa a transformações de base, e não como uma atitude política negativa ou de insatisfação, como aparece diversas vezes conotado.

Os estudos pós-coloniais que se dedicam a questões como subalternidades, diásporas e identidades culturais<sup>4</sup> poderão ter um papel fundamental para a problematização dos alicerces estruturais e subjetivos que, parcialmente, permitem a perpetuação das continuidades históricas mencionadas anteriormente, uma vez que são muitas as personagens do romance que criam representações através do seu próprio movimento migratório e que se sentem estrategicamente representadas nessa procura de identidade em sequência com os movimentos forçados do passado, mas também com as ambições assumidas em direção ao futuro.

O ensaio está organizado em quatro partes. Numa primeira parte, Lisboa é caracterizada como o epicentro que produz narrativas políticas imperiais, que se reproduzem em Portugal e nas então colônias portuguesas, mas que procuram essencialmente a validação britânica numa relação de dependência e submissão econômica e ideológica. Esta associação permite-nos ler as três formas de colonialismo presentes no livro: o colonialismo segregacionista no nível da periferia (comunidades negras do Bairro do Mocambo), o colonialismo doméstico no nível nacional (comunidades negras do Vale do Sado) e o colonialismo interno dentro da Europa (nas relações entre Portugal, Espanha, França e Inglaterra). Essas três formas de colonialismo não cessam de estar articuladas com o colonialismo e o neocolonialismo manifestos exercidos sobre Angola, Brasil e São Tomé e Príncipe.

Na segunda parte, é evidenciado o fato de as pessoas escravizadas<sup>5</sup> e seus descendentes serem as principais protagonistas, para sublinhar um tipo de herói pouco convencional à luz do cânone literário ocidental, por se encontrar fora do padrão dominante pela sua classe, raça e gênero, e sublinhar os atos heroicos, tais como os de sobreviver às

---

<sup>4</sup> Aqui me refiro a autores como a Gayatri Spivak, Paul Gilroy, Edward Said, Stuart Hall, entre outros.

<sup>5</sup> Não obstante o título do livro em análise — *Escravos e homens livres* —, optarei pela formulação “pessoas escravizadas” em detrimento de “escravos” porque este último “reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão” (HARKOT-DE-LA-TAILLE & SANTOS, 2012, p. 8). Como escrevem os autores, “o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social que diz respeito à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores.” (HARKOT-DE-LA-TAILLE & SANTOS, 2012, p. 8).

mais diversas peripécias de guerra, fome, violações, tempestades e tiroteios, e se movimentar por forças internas para amar, viver e contrariar uma ideia de destino sedimentada na “imagem do africano como ser ‘naturalmente’ escravo” (PIEIDADE, 2018, p. 206).

As categorias de raça e gênero correspondem à charneira da terceira parte, na qual a importância do percurso das mulheres negras é comprovada como uma dimensão essencial na manutenção, validação e recuperação de uma narrativa histórica que seja cognitivamente justa, não obstante os vários tipos de opressão a que estão sujeitas. Neste aspecto, é realçado o fato de raça e gênero não serem dimensões apenas socialmente construídas, mas também historicamente edificadas como categorias sociais, universais e atemporais, que não podem ser divorciadas do domínio das culturas eurocêntricas que sustentam um conhecimento que insiste em apagar e esquecer certas realizações na História (como se lê no final do romance com a introdução surpreendente de Dona Simoa Godinha).

Finalmente, a quarta parte é o balanço sobre a forma como Orlando Piedade utiliza a literatura para denunciar as continuidades históricas de forma eficaz, sugestiva e perspicaz, aproximando-se de algumas ideias teorizadas por Saidiya Hartman, tais como “*critical fabulation*”, que corresponde a uma metodologia de escrita que combina pesquisa histórica e arquivística com teoria crítica e narrativa ficcional, para dar sentido às lacunas e silêncios no arquivo da escravidão transatlântica que não dá expressão às vozes de mulheres escravizadas.

Hartman também teoriza o conceito “*afterlife of slavery*”, que é útil para a análise dessa obra, uma vez que insiste na violência racializada ou na presença permanente da escravatura na sociedade contemporânea, em todos os setores da sociedade, fazendo uso de arquivos históricos reais e ficcionais, para que ganhem vida a partir da prática social dos seus cidadãos.

*I wanted to engage the past, knowing that its perils and dangers still threatened and that even now lives hung in the balance. Slavery had established a measure of man and a ranking of life and worth that has yet to be undone. If slavery persists as an issue in the political life of black America, it is not because of an antiquarian obsession with bygone days or the burden of a too long memory, but because black lives are still imperiled and devalued by a racial calculus and a political arithmetic that were entrenched centuries ago. This is the afterlife of slavery — skewed life chances, limited access to health and education, premature death, incarceration, and impoverishment. I, too, am the afterlife of slavery. (HARTMAN, 2007, p. 6).*

Orlando Piedade está sintonizado com essa afirmação ao insistir, no final do livro, na conversa visionária do avô Bartolo, na possibilidade de todas as atrocidades voltarem a acontecer repetidamente:

Saartje Bartman / Paris, 1815 / Exposição de gente / De pessoas como nós, como eu e tu / Em jaula, nua / Aconteceu e vai continuar a acontecer. / Tonifica o teu pensamento nadando noutros pensamentos. Várias dezenas de anos, quase um século depois: Gungunhana / Lisboa, 13 de março de 1896 / Exposição de gente / De pessoas como nós, como eu e tu / Em jaula, nua (PIEDADE, 2018, p. 201).

É certamente uma forma de fazer com que determinados temas deixem de ser tratados como “delicados” sem descuidar a camada de delicadeza essencial e exclusiva da literatura que nos permite compreender que pensar nos estudos pós-coloniais no(s) espaço(s) de língua portuguesa também implica observar os livros como potenciais armas transformadoras da sociedade, compreender o caráter denunciador das palavras e entender os autores como parceiros de uma luta transversal no tempo e no espaço não-lineares e nas diferentes experiências que desenham uma história coletiva e diversificada.

## **I - LISBOA: EPICENTRO DE UMA NARRATIVA POLÍTICA IMPERIAL**

O fato de a ação do romance se passar maioritariamente em Lisboa contraria a habitual tendência de remissão do tráfico negreiro português para África ou Brasil, e sublinha uma opção estratégica do autor para criar a narrativa a partir da metrópole, o que é uma das linhas centrais de análise, pois permitirá uma observação minuciosa da transição das políticas vigentes e o seu impacto nas diferentes personagens que compõem o enredo, esclarecendo-nos sobre detalhes que envolvem as dificuldades de integrar corpos negros na cidade, tanto pela formulação de políticas, direitos e deveres que prejudicam essas comunidades, como pela consequente impossibilidade de renovação de gerações de forma saudável e sustentável.

O bairro do Mocambo<sup>6</sup>, onde a família central do livro habita (o velho Bartolo — ex-escravizado conhecido como “avô Tolo” —, a sua filha Bibiana com o seu marido

---

<sup>6</sup> Mocambo significa, em umbundu, pequena aldeia, lugar de refúgio. O bairro do Mocambo (atual bairro da Madragoa) foi fundado no século XVII, por concessão de D. João IV, e foi destruído no terremoto de 1755. O bairro era visto como o mais africano da cidade porque era habitado por negros, pescadores e freiras. Grande parte dos negros era livre ou alforriada e trabalhava na esfera doméstica das famílias portuguesas ou em funções tais como varredores, caiadores, distribuidores de água, ou, ainda, levando, de porta a porta, bens alimentares. Segundo Henriques e Leite (2013), os homens trabalhavam também nos fornos de ferreiro ou nas olarias do Mocambo.

Nabuco e os seus três filhos Benício, Linda Mel e Clementino), é um bairro exclusivamente africano no centro de Lisboa destinado à população negra de uma classe desfavorecida. O bairro é caracterizado como tendo uma taxa de mortalidade elevada (uma vez que a sobrevivência dos seus moradores depende das remessas que vêm de África), um bairro perigoso e mal iluminado onde não é aconselhável caminhar sem estar armado, e um bairro segregado onde as classes superiores só se aproximam para beber, festejar e violar os corpos, privacidades e subjetividades que o constituem. A precariedade dos habitantes do bairro fica clara no momento em que Piedade se refere às diversas atividades impostas aos africanos.

As calhandeiras, vestidas dos pés à cabeça com grande exuberância cromática a carregar na cabeça os dejetos da burguesia, proibidas de parar para descansar de modo a evitar a disseminação do fedor. Os caiadores, rotos e descalços, ostentando broxas e caldeiras do ofício. (PIEADADE, 2018, p. 18)

A segregação urbana que marcava a cidade de Lisboa nessa época não difere muito das lógicas de planeamento e distribuição urbana contemporâneas baseadas em lógicas de exclusão e obliteração de corpos racializados do centro da cidade. Nessa altura a “saída da cidade” estava situada no bairro de Santa Catarina (hoje um dos centros ativos para turismo, habitação e boêmia); logo o bairro do Mocambo era considerado na época uma zona periférica da cidade de Lisboa, tal como são hoje bairros como Casal da Mira, Quinta do Mocho, Cova da Moura, Arrentela, Jamaica, Bairro do Pica-Pau Amarelo, entre muitos outros. É de se referir também que, após o terremoto de 1755, o bairro do Mocambo passou a ser visto como um local seguro para a aristocracia. Entre os séculos XVII e XVIII, o bairro foi-se diluindo com o tempo, ficando cada vez menos africano e cada vez mais um bairro de pescadores, vindos, sobretudo, da zona de Ovar (COELHO, 2014); atualmente corresponde ao bairro da Madragoa, próxima de Santos, Estrela e Lapa, marcadamente habitado por uma classe média-alta. Ou seja, à medida que a cidade de Lisboa foi crescendo, a sua periferia foi-se afastando do centro histórico e aumentando a sua escala, acompanhando a tendência de negligenciar determinados espaços urbanos, através do favorecimento de um determinado padrão de violência de Estado (física, estrutural e cultural) sobre sujeitos racializados, que se mantém até aos dias de hoje, tal como nos explica a investigadora Ana Rita Alves, na sequência dos despejos ilegais do Bairro 6 de Maio em 2015. Trata-se de demolições efetuadas no âmbito do Programa Especial de Realojamento, de 1993, que desalojaram centenas de famílias, sob alegação de se encontrarem excluídas do programa. Como aponta a autora, a urgência em concluir as ações previstas, após uma fase inicial de inoperância,

acabou sacrificando objetivos básicos do próprio programa, que era o de suprir carências de agregados familiares que habitavam em *barracas*.

A melhoria das condições de habitabilidade das populações tem sido, portanto, secundarizada perante uma necessidade aparentemente mais contingente, aquela de concluir a *limpeza* da imagem das metrópoles de Lisboa e Porto. Sob a égide de uma concepção profundamente higienista do espaço urbano, os bairros de auto-produção foram enunciados à exaustão pelo discurso público como espaços *insalubres*, de *ilegalidade* e *clandestinidade*. Alvos constantes de intervenções policiais violentas, criminalizados, racializados e desumanizados, os *bairros* foram sendo cristalizados no imaginário público como espaços de exceção à ordem, que escapavam ao controlo das autoridades e ao escrutínio do Estado, rapidamente conduzindo à conclusão de que a única solução possível seria a sua total extinção. (ALVES, 2018)

Quer isto dizer que a cidade cresceu, mas as formas urbanísticas de exclusão racistas herdadas da experiência colonial mantiveram-se ativas. Falar sobre a cidade de Lisboa como epicentro de uma narrativa política imperial implica compreender que a valorização de determinados grupos sociais em detrimento de outros é mantida através de diferentes discursos, histórias, interações e acessos aos espaços da cidade, numa lógica de colonialismo interno à escala urbana.

Outro local central no romance para pensarmos a construção de narrativas dominantes desde a cidade de Lisboa é o palácio da família Chagas, onde vivem Teresa Chagas, com o seu filho Carlos Chagas, a sua nora Anne Marie Pilleau e, pontualmente, o seu neto Michael Chagas, mas onde vivem também, na maior parte do tempo, os seus serventes, criados, aias e domésticas, onde se inclui toda a família do velho Bartolo, com diferentes ligações afetivas e funções de serventia.

Sendo os Chagas uma família de tradição aristocrata, monárquica e conservadora, umas das mais ricas do império colonial português graças aos seus negócios transatlânticos na indústria das sedas, os seus lances na manipulação do *lobby* político são determinantes e adaptam-se de forma oportunista aos seus próprios interesses. Prova disso é a forma como Teresa Chagas orchestra um baile com a mais alta elite do país, quando presente os primeiros passos revolucionários contra a monarquia, de forma a garantir que o seu filho, Carlos Chagas, seja um dos candidatos à Corte Constituinte, mesmo sabendo, como afirma o velho Bartolo, que ele “ainda anda muito agarrado às rígidas estruturas sociais assentes no clero e na nobreza para defender os interesses do povo”, e, como acrescenta Linda Mel, “Isso

sem fazer referência que estaria a lutar contra os seus próprios interesses” (PIEADADE, 2018, p. 49). Fica, assim, evidente que o baile é organizado como forma de atenuar as repercussões da revolução espanhola, numa altura em que o Portugal oitocentista estava sob o domínio económico da Inglaterra, uma vez que terá sido com a sua ajuda que a corte portuguesa conseguiu evadir-se para o Brasil em fuga da invasão francesa. Portanto, as relações geopolíticas e económicas e a identidade nacional de Portugal são moldadas e enraizadas pelas relações de dependência que estabelece com Espanha, França e Inglaterra, e esse aspecto da influência internacionalista<sup>7</sup> atravessa todo o romance, como forma de o autor demonstrar e denunciar a forma como as “grandes famílias” conseguiram manipular os discursos dominantes para proteger os privilégios da classe burguesa, à custa da exploração de milhares de pessoas escravizadas que continuavam a ser traficadas e exploradas nos diversos territórios do império português. Analisar as ações da família Chagas, enquanto foco e motor do racismo estrutural estabelecido que se exerce sobre os corpos dos ex-escravizados (em detrimento do foco exclusivo no “outro” racializado) permite-nos problematizar a branquitude como um dos principais motores das vicissitudes que atravessam a obra, e revelar as estruturas invisíveis que produzem e reproduzem a supremacia e o privilégio brancos vigentes até à contemporaneidade.

Nesse aspecto, relacionar o privilégio branco exercido pela família Chagas com o racismo sofrido pela família do velho Bartolo ajuda-nos a tornar a branquitude visível e consequentemente a dissecar os sistemas de poder dominados pela população branca, seja pelas normas que permeiam a sociedade que dominam, seja pela compreensão sobre como essas normas aparentam ser comuns e de valor neutro para os grupos sociais que delas se beneficiam, criando os padrões pelos quais a “diferença” é construída.

Por exemplo, a capacidade de autodidatismo, espírito crítico e político e sede de informação demonstrada pelas personagens racializadas na obra não correspondem à mobilidade social, reconhecimento e consideração que elas poderiam obter caso não se encontrassem no lado despreviligiado da linha abissal (SANTOS, 2007)<sup>8</sup>. Nesse sentido, era esperado que os ex-escravizados em território nacional se mantivessem submissos,

---

<sup>7</sup> É interessante a referência à moda que se manifestava na metrópole portuguesa, com a admiração dos lenços à Wellington e o vestido à lord, assim como as aclamações a Beresford e Wellington. (PIEADADE, 2018, p. 20).

<sup>8</sup> Boaventura de Sousa Santos argumenta que as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. A injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por justiça social global requer a construção de um pensamento “pós-abissal”.

controlados e em situação econômica desfavorecida, com vistas à manutenção da ordem social pretendida; mas o que vemos na família de Bartolo são personagens que aprendem a ler e a escrever, que procuram estar informadas e atualizadas sobre a política nacional e internacional e que conseguem discernir as dificuldades caóticas na gestão de um império decadente, oscilando entre a cumplicidade e fidelidade que as move em direção aos seus “patronos” e o questionamento e subversão das leis a que estão submetidas.

Uma das personagens que articula esse despertar sobre o império decadente é Benício, em conversa com Teresa Chagas:

Ocasionalmente o meu avô fala connosco sobre essas questões. Por exemplo, diz, reiteradas vezes, que a história recente da corte portuguesa e o império colonial português é uma confusão e que os equívocos vão se sucedendo e isso redundará num império composto por alguns restos de pequenos enclaves em África e no Oriente, sem nexos entre eles e quase sem relação com a metrópole. (PIEDADE, 2018, p. 104).

Esta passagem dá-nos conta da fragilidade e da artificialidade das narrativas imperiais da época, determinadas em cristalizar um discurso de expansão e domínio ultramarino — discurso esse ainda presente nos monumentos, museus e toponímia que conservamos na atualidade — e que já no tempo histórico da ação do romance em nada correspondiam à realidade.

A própria ideia de abolição da escravatura em Portugal e na Índia, tal como foi decretada por Marquês de Pombal em 1773, é consequente das pressões dos abolicionistas britânicos e serviu, mais uma vez, “para inglês ver”, literalmente. Após se ter publicado, no Decreto de 1854, que os alforriados “gozarão de todos os direitos e ficarão sujeitos a todos os deveres”, passaram mais 24 anos até o termo definitivo da lei, e que não corresponde certamente ao ano em que deixam de existir pessoas escravizadas em Portugal, ou não teria Nabuco regressado ao Vale do Sado após a Guerra Civil Portuguesa, entre liberais constituicionalistas, para encontrar os seus antepassados negros em situação de precariedade.

É nesse questionamento que se encontra o âmago desse artigo e, a meu ver, do próprio romance: onde fica a fronteira entre “escravos” e homens livres? Será essa uma questão passível de ser transportada para os dias de hoje? Quando, nas últimas páginas do livro, René e Víctor Chagas, sendo já homens formados em Paris, respectivamente em direito e jornalismo, discutem os desenvolvimentos de Portugal, é interessante ver a forma como

Victor desconstrói uma série de leis, “produzidas na metrópole, sob pressão inglesa, que nunca chegaram a ser aplicadas nas colônias”:

— Uma pessoa escravizada, que passou a vida inteira a trabalhar para um tirano, para deixar de ser escrava, tem de indemnizar este mesmo tirano? Como é que isso se faz, meu primo? Como? Com que dinheiro se ela trabalhou a vida inteira para este sem receber um chavo? [...] O meu digníssimo primo vai-me dizer que também considera o decreto que consagra a substituição do trabalho escravo pelo trabalho forçado uma conquista? Ainda melhor... Também é da sua autoria, meu primo? (PIEADADE, 2018, p. 207-208).

É interessante ler René a contra-argumentar que Victor está a ser radical, e que “todas as mudanças têm de ser graduais”, pois é exatamente essa abordagem de mudanças tênues e compassadas que permite que ainda estejamos, hoje em Portugal, a discutir sobre a aplicação de *jus sanguinis* ou *jus soli* à lei da nacionalidade. Repare-se que as alterações promulgadas a essa lei, pelo presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, em junho de 2018, alargam o acesso à nacionalidade originária e à naturalização às pessoas nascidas em território português, mas mantém uma série de condições e limitações administrativas que continuam a não corresponder a um direito pleno da nacionalidade reconhecida a um indivíduo de acordo com seu lugar de nascimento. Interessante também o fato do *jus soli* ter sido forjado principalmente visando ao povoamento do Sul Global<sup>9</sup> (por exemplo, Brasil, EUA, Canadá e Argentina), com o objetivo de criar laços permanentes entre esses novos cidadãos e o território onde viviam, enquanto Portugal (após a perda das províncias do Ultramar, conforme a Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro de 1981) passou a aplicar o *jus sanguinis*. Isso prova que a relação entre as leis atuais vigentes e o sistema colonial não corresponde a uma simples abstração, mas uma forma de colonialismo herdada do passado e mantida em continuidade até os dias de hoje.

Essa conclusão pode ser lida como o resultado de uma abordagem afropessimista que reconhece as estruturas que mantêm certas vidas limitadas a condições de opressão. No entanto, outras formas atuais de discursos afropessimistas — especialmente as relacionadas à incapacidade de autogovernança, agência, autonomia e qualificação — afirmariam que a possibilidade de emancipação de determinados indivíduos depende diretamente de apoio

---

<sup>9</sup> O Sul Global não é um conceito geográfico mas contextual, determinado, neste caso, pelas relações entre a diáspora africana e as leis dos países em que habita, à luz dos contrangimentos de dependência econômica a que está sujeita e que se estabelecem através das oportunidades de “mobilidade social” e acessos a condições básicas de evolução e sobrevivência (habitação, saúde, educação, trabalho, justiça, etc.).

humanitário ou de intermediação externa. Essa última leitura, além de legitimar intervenções neocoloniais, ignora as possibilidades de práticas contra-hegemônicas, que só são possíveis através da construção de um sujeito político — protagonista ou herói — que não corresponda ao indivíduo vulnerável e dependente a que está frequentemente associado o indivíduo racializado.

*It is precisely the condition of possibility of counter-hegemonic practices that Daniel McNeil attempts to analyse in his article, “Black devils, white saints and mixed-race femme fatales: Philippa Schuyler and the winds of change”. Inspired by Fanon’s intellectual activism, McNeil opposes this to Schuyler’s figure of whiteness — an African American child prodigy who grew up to be a peripatetic concert pianista and who represented anti-black caricatures in order to promote white male heroes as the only possible way out for Africans’ intellectual emancipation. (B’BÉRI e LOUW, 2011, p. 343).*

Desconstruir as narrativas dominantes e compreender a forma como essas são manipuladas é fundamental para que determinados grupos sociais cessem de ver os seus direitos negligenciados, e esse exercício passa sempre por compreender a dimensão política das pessoas que constituem esses grupos, à luz do seu agenciamento social e das práticas de memorialização e dignificação historiográficas, nomeadamente como heróis e heroínas.

## II. ESCRAVOS, HOMENS LIVRES, MÁRTIRES E HERÓIS

A relação de dependência das famílias africanas em relação às “casas grandes” era recorrente, mesmo após a abolição da escravatura, uma vez que o processo de “domesticação” das pessoas escravizadas não sofria grandes alterações após a sua alforria: por um lado, continuavam sem meios estruturais e financeiros para criarem formas autônomas de sustentabilidade, e, por outro lado, o sistema de discriminações continuava operacional ou então era agravado. Isabel Castro Henriques explica-o da seguinte forma:

(...) a longa duração e a eficaz sedimentação da imagem do africano como ser “naturalmente” escravo dificilmente permitiam encarar a alteração do seu estatuto (...) os africanos continuavam a desempenhar as mesmas tarefas, não alterando a maneira como eram reconhecidos pelos portugueses. A situação de inferiorização dos africanos sofreu aliás modificações negativas (...). (PIEDADE, 2018, p. 206).

O mordomo Manoel e a governanta Beanina são casos extremos dessa condição, uma vez que nasceram e cresceram no palácio e não conhecem outra realidade, o que os torna,

aparentemente, funcionários competentes e dedicados, tendo finalmente ambos sido violados e assassinados em honra da defesa da família Chagas, o que só prova que de nada lhes valeu serem uma “máquina de obedecer e um compêndio de boas maneiras”. (PIEADADE, 2018, p. 65). Poderíamos afirmar que a mesma ideia está subjacente à resposta do “avô Tolo” enquanto mostra a cidade ao seu neto Clementino:

[...] nós somos os tais escravos pretos, mas numa versão moderna do conceito. São pessoas de todos os deveres e nenhum direito. A diferença em relação ao passado é que já não vivemos em cativeiro. Continuamos a ser obrigados a trabalho forçado, mas sem grilhões nem chibatadas porque, antigamente, os escravos pretos, eu próprio, os meus pais, os meus avós e por aí além, vivíamos em cativeiro. Éramos obrigados a trabalhar de sol-a-sol e com chicote. Percebes quem somos, onde estamos e o que fazemos? (PIEADADE, 2018, p. 29).

Esse trecho, que à primeira vista pode ser lido como mera consternação, vai revelar-se mais complexo do que isso. Numa perspectiva afro-pessimista, a possibilidade de o avô problematizar a sua condição revela exatamente a sua capacidade de posicionar e articular uma identidade que lhe é imposta por forças de poder exteriores a ele, assim como demonstra o seu compromisso em fornecer as ferramentas necessárias para que o seu neto faça o mesmo, com vista a conseguir contrariá-las e não se resignar. Esse movimento corresponde exatamente ao momento em que são ambos deslocados de uma situação de subalternidade extrema para uma situação de opressão (SPIVAK, 1988). Além disso, trata-se de um momento em que o silêncio, a omissão e a mentira servem como formas de resistência, já que no final compreenderemos que os antepassados de Bartolo não vêm exclusivamente de uma posição subalterna, como ele aqui os descreve.

Um dos aspectos fundamentais neste livro é o fato de o autor não nos apresentar as pessoas escravizadas e seus descendentes e ascendentes como um monólito homogêneo desprovido de diferentes subjetividades (nesse caso nem faria sentido colocá-los como motores na história). E, no que diz respeito à dependência dos negros à casa grande, o avô Bartolo, a Beanina e o Nabuco são exemplos de personagens que contrariam a premissa anterior.

Ela [Linda Mel], como qualquer outro criado do palácio, não estava autorizada a levar qualquer mantimento para casa [...]. Achava que a mãe e o avô deveriam recorrer à sopa de pobres dadas em determinados dias da semana através das grades das casas senhoriais mais abastadas da cidade. Mas a mãe, e até mesmo o avô, não era da mesma opinião. O avô,

mesmo pouco, ia cultivando alguma hortaliça no quintal e, quando calhava haver excesso, a mãe levava para vender na praça ou percorrendo porta a porta. (PIEDADE, 2018, p. 48).

Ou seja, a família encontrava formas de sobreviver à austeridade da sua condição de uma forma digna, encontrando soluções por meios próprios e resistindo à autoafirmação da sua posição de pobreza. É dessa forma que o autor constrói os heróis do romance, pela sua capacidade de resistir perante as dificuldades e engendrar peripécias quotidianas mirabolantes que façam jus aos princípios e valores em que acreditavam.

Porém, nas suas vidas não deixavam de se confrontar com obstáculos e injustiças fundamentados pelo seu tom de pele. O episódio em que Bartolo é agredido e preso após ter sido acusado de ter apalpado uma mulher francesa em plena Praça do Rossio é um exemplo caricato dessas dificuldades, assim como a impossibilidade da sua filha Beanina entrar na igreja quando o procurava, tendo que ouvir de dona Veneranda “Vocês são pretos, não são meus semelhantes” (PIEDADE, 2018, p. 38).

Nabuco é um dos vários heróis que nessa altura da história de Lisboa envereda pelo empreendimento da pesca como forma de sustentar a sua família, em detrimento de exercer funções de criadagem, tal como era destinado aos negros da época. Mesmo após a sua valentia ter-lhe valido a sobrevivência a uma tempestade em alto mar e de ter “desaguado” no mar algarvio para finalmente chegar a Mértola, não deixa de ser visto simplesmente como um escravo por Gato, um dos líderes da quadrilha de absolutistas do Alentejo, que, ao ser interpelado por Michael Chagas sobre os riscos de manter um negro cativo a cumprir ordens, responde: “Não, mas isso não tem nada de mais. Não passa de um preto, se não fosse aqui, seria escravo noutro lado qualquer” (PIEDADE, 2018, p. 68).

Todavia, a questão dos heróis nesta história não pode ser lida apenas pela afirmação anterior de Isabel Castro Henriques. Não é por a maneira como eles eram reconhecidos pelos portugueses não se ter alterado que eles se continuavam a reconhecer como “escravos”. Ou, por outras palavras, não foi necessariamente a situação de inferiorização dos africanos que se agravou, mas a situação de superioridade dos portugueses brancos que se intensificou como forma de manutenção de vassalos dependentes que lhes facilitassem a vida. Nabuco representa um herói quando opta voluntariamente por colaborar com a quadrilha em vez de ser criado ou pescador em Lisboa, junto à sua família. O que pode ser visto como uma atitude de inferioridade e submissão é, na verdade, uma decisão heroica de assumir adversidades que lhe permitiriam garantir uma vida melhor para os seus. A sua posterior oscilação entre os ideais absolutistas e liberais (que quase lhe valeu a vida) poderá também ser lida como a

necessidade de se afirmar como ser político e querer fazer parte da história de Portugal, que também é a sua, sendo dono das suas decisões e agenciando as suas lutas na primeira pessoa. “Não foi nenhum voluntário à força com o receio de perder o seu cargo na função pública. Alistou-se porque acreditava, porque de Teresa e Carlos Chagas sentiu que havia uma causa a defender”. (PIEIDADE, 2018, p. 154).

O herói Bartolo é aquele que faz uso do silêncio como resistência, e atravessa a sua vida com o maior segredo sobre a verdadeira linhagem da sua família. Certamente, assumir-se como um Chagas seria a sua sentença de morte, uma vez que seria visto como um candidato bastardo à herança dos bens familiares; seria ainda impossibilitado de construir uma família que, ainda que mal, sobreviveu próxima do palácio que era seu por direito, e tentou aí reunir todas as ferramentas necessárias para a sua evolução, como, por exemplo, o fato de terem aprendido a ler e escrever com Teresa Chagas, tornando-os casos raros no Bairro do Mocambo, onde adquiriram um estatuto diferente.

O episódio em que Benício faz uso dessas qualidades e escreve — após a sua primeira incursão a Angola enquanto assistente de Carlos Chagas — a apreciação sobre esse reino para a Comissão do Ultramar pode também ser lido como um ato heroico do jovem de 20 anos. Por mais que esses gestos possam ser interpretados como uma tarefa de cumprimento, vassalagem ou assimilação de ideais dos seus superiores, a verdade é que Benício poderia ter ficado indiferente ao seu papel na resolução de um conflito que poderá ter contribuído diretamente para a negociação da abolição da escravatura em Angola. O seu esforço em participar ativamente e reconhecer-se como sujeito político é o que importa reter e não tanto as formas de apropriação que daí advêm.

A vida e morte de Victor Chagas também são bem representativas de mais um percurso heroico no romance, que infelizmente termina como mártir. Um filho indesejado por tantos, escravizado em São Tomé até os sete anos, impossibilitado de ver os pais, mas que, chegando à Europa, encontra o afeto e o carinho necessários para prosseguir os seus estudos em jornalismo. A sua memória, contudo, não lhe permite fazer um trabalho jornalístico superficial para agradar a facções políticas. Quando ele está próximo de publicar um artigo que reúne testemunhos, fotos e arquivos que denunciam a persistência de trabalho forçado no seu país de origem, é assassinado em Londres, tendo sido roubados todos os seus registros.

O interessante ao observarmos heróis associados a personagens que são normalmente desprovidas de iniciativa e motivação é a possibilidade de reconfiguração e alargamento da dimensão da epopeia, ou ainda a possibilidade de elaborar outras categorias

que narrem histórias silenciadas de um povo ou de uma comunidade, envolvendo as aventuras, guerras, viagens e gestos heroicos que não são considerados na versão oficial da História. A figura desses heróis não preenche os requisitos da epopeia hiperbólica que envolve o herói grego clássico, mas aqui estamos perante super-heróis feitos à escala de uma existência pouco provável, onde simplesmente ser ativo na construção da sua própria sobrevivência quotidiana, perante um sistema que os coloca sempre como secundários e se apropria dos seus feitos, é, por si só, um ato histórico e heroico.

O romance é rico em demonstrar os diferentes mecanismos que o sistema imperial utiliza para se apropriar do conhecimento, mérito e criatividade de corpos e mentes considerados inferiores. A apropriação pode ser lida durante o espectáculo no Teatro Nacional que exotiza e animaliza indivíduos negros considerados diferentes; na relação de continuidade entre o lundum e o fado; no silenciamento sobre o fato de ter sido Benício a escrever o relatório; na apropriação académica do artigo de Victor Chagas pelo professor da Universidade de Paris. Todos esses exemplos se sustentam no princípio de privilégio branco, assente na retórica de que existe uma essência de branquitude considerada normal e neutra, ou, em certos casos, mais forte. Essa ideia está clara na resposta que Victor recebe do professor quando vê que não lhe foi conferida a autoria do artigo: “Não é motivo para ficar desiludido. Acharam que era melhor assim, para dar mais força ao artigo. Eu acho que deve continuar. Eles [editores do jornal em Londres] estão à espera que escreva mais qualquer coisa.” (PIEDADE, 2018, p. 205).

Quando se trata de compreender as heroínas do romance, através das mulheres negras da história, o nível de apagamento, invisibilidade e apropriação intensifica-se, e Dona Simoa Godinha é a prova mais elaborada desse efeito, sendo mencionada apenas nas últimas páginas do livro, provocando uma mudança profunda nas relações entre todos os presentes no funeral do velho Bartolo.

### **III. O PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA**

O papel das mulheres no romance é central e muito elucidativo sobre as diferentes formas de opressão a que estão sujeitas. A culpa que Teresa Chagas carrega por guardar durante anos o segredo de que Bartolo é seu irmão talvez seja o motor do tratamento cuidadoso com que se dedica a ensinar Bibiana a ler, tal como os seus filhos. A sua sagacidade

em conspirar contra a monarquia enquanto matriarca duma família monárquica também diz muito sobre a sua determinação em não ir contra os seus ideais. Contudo, no que diz respeito à sua relação com as mulheres negras que trabalham na sua casa, Teresa entende-as como sua propriedade (figuras exóticas emancipadas apenas nos seus quadros utópicos) e, portanto, é cúmplice da solidificação da sua inferioridade e impossibilidade de emancipação.

A forma como guardou no seu cofre todos os segredos sobre os feitos de Dona Simoa Godinha (conhecida como “Dona negra, de alma branca”) está de acordo com a sua percepção de que uma dinastia não é determinada pelo sangue, mas pela cor da pele. Teresa Chagas contribui, dessa forma, para o embranquecimento histórico que não permite que uma mulher africana, são-tomense, descendente de um dos meninos judeus desterrados, seja valorizada por atos tão sublimes como:

Ouviu ainda dizer que, por testamento, repartiu a sua enorme riqueza em obras de caridade e piedade cristã. Favoreceu muitos conventos e igrejas de Lisboa, cadeias e hospitais, socorreu inválidos, órfãos e pobres em geral, principalmente os naturais das ilhas que viviam em Lisboa [...] a capela que mandou construir dentro de uma das mais grandiosas e majestosas igrejas da capital do reino, onde era sede da Santa Casa da Misericórdia, para o seu próprio túmulo. (PIEIDADE, 2018, p. 216).

Além disso, “Dona Simoa Godinha deixou lavrada no seu testamento a união do filho do seu antigo escravo, o negro [Jerónimo Chagas], com a sobrinha bastarda do seu marido, branca — o fidalgo Luís de Almeida. Longe de imaginar que estava a dar início à dinastia Chagas.” (PIEIDADE, 2018, p. 217).

Bartolo era fruto dessa relação e, portanto, um Chagas legítimo, mas essa notícia chega pelo discurso de Linda Mel, no dia do seu funeral. A total ignorância da família sobre essa parte valiosa do seu passado só seria possível através da cumplicidade de diversas gerações transversais a toda uma estrutura social da cidade em manter essas realizações ocultas durante muito tempo.

Também Linda Mel tem um papel essencial na recuperação de memórias censuradas. Não somente porque é ela que recupera a história de Dona Simoa Godinha, mas porque, sendo uma personagem fixa em Lisboa, fiel ao palácio dos Chagas e acabando por se casar com Michael Chagas, ela incorpora a lembrança física que Teresa Chagas e Marie Pilleau querem evitar a todo o custo: a possibilidade de mobilidade social de mulheres negras descendentes de pessoas escravizadas e a sua conseqüente “intromissão” no seio familiar, desviando e usurpando a pureza e riqueza da linhagem da elite.

Linda Mel é das personagens que melhor incorpora a herança do sofrimento destinada a um corpo que não é bem-vindo no seio familiar, mesmo depois de casada oficialmente com um herdeiro legítimo e juntos terem o filho René. Os seus devaneios e conversas com o busto de um preto fiel são o escapismo necessário para minimizar o seu estado de fragilidade, solidão e quase loucura. Marie Pilleau nunca a assumiu como nora e nunca a convidou para os serões culturais da alta sociedade lisboeta, deixando Linda Mel entre a felicidade incompleta de ter sido reconhecida pelo homem que amava e o sofrimento de nunca poder viver esse amor plenamente na sua ausência constante, deixando-a entregue à desconsideração por parte da sogra. Uma ausência que, a certa altura, se estendia também ao pai, avô e irmão.

Saidiya V. Hartman, no seu livro *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America (Race and American Culture)*, explica a distinção entre parentesco branco e cativo negro, à luz da ideia de produção e reprodução de propriedade, e da sexualização dos diferentes corpos.

*There is a particular deployment of sexuality in the contexts of white kinship — the proprietorial relation of the patriarch to his wife and children, the making of legitimate heirs, and the transmission of property. And there is another deployment of sexuality in the context of black captivity — the reproduction of property, the relations of mastery and subjection, and the regularity of sexual violence. Kinship and captivity designate radically different conditions of embodiment that reveal the determinacy of race in the deployment of sexuality and underline the particular mechanisms through which bodies are disciplined and regulated. (HARTMAN, 1997, p. 84).*

Poderíamos transportar essa análise para o fato de a relação que Marie Pilleau estabelece com Linda Mel não corresponder a nenhum grau de parentesco, mas a uma relação de cativo, em que o seu neto representa não a transmissão de propriedade, mas apenas a sua reprodução. Segundo essa lógica, Linda Mel mantém-se um objeto submisso à violência da ausência do seu “dono” (em substituição à violência sexual) e disciplina as suas emoções nesse sentido numa atitude de resiliência afetiva. Por outro lado, é pela sua força e persistência, e na sua centralidade enquanto alicerce familiar, que Linda Mel consegue ir reunindo as peças do passado para elaborar um futuro melhor — além de receber o irmão, cunhada e sobrinho, realizar um funeral digno ao seu avô; cuidar de René e Victor como irmãos, garantindo melhores condições para as gerações futuras e a continuidade das suas histórias.

#### IV. DENÚNCIA LITERÁRIA DE CONTINUIDADES HISTÓRICAS

As continuidades históricas da experiência da escravatura mais agravantes serão certamente as que ocorrem no nível das subjetividades e da liberdade de pensamento, e no romance *Escravos e Homens Livres* conseguimos identificar as sementes que constroem as diferenciações raciais, permitindo que os sujeitos negros deixem de ser vistos como seres humanos e passem a ser tomados como recursos humanos, mão de obra gratuita e matéria-prima traficada através do Atlântico. É evidente que o processo da escravatura e da construção do “outro” está enraizado de uma forma estrutural nas sociedades contemporâneas, que ainda se debatem com o racismo enquanto mecanismo opressor e violento que limita expressões, oportunidades, acessos, legalidades e cidadanias de determinadas pessoas consideradas como inferiores.

Essa dinâmica pode ser lida além do nível individual e ser extrapolada para o nível das relações socioeconômicas que se estabelecem entre os países, criando relações de dependência produzidas desde a experiência colonial. Cortar com essas relações passa por desconstruir discursos dominantes e compreender que a sua orquestração deveu-se a um esforço, quase esquizofrênico, de instalar uma retórica imperialista e uma narrativa de dominação ao longo dos séculos.

O livro *Escravos e Homens Livres* facilita-nos essa desconstrução em vários níveis, e de forma brilhante. Repare-se na conversa política entre Benício e Teresa Chagas em que a iminência da rebelião dos brasileiros e a sua crescente autonomia nos negócios na África foram prioritárias na estratégia política nacional portuguesa, provando que esta assegura um domínio na exploração material e de recursos, mas também no nível das motivações individuais dos dominados.

[...] perante o confronto aberto com os rebeldes brasileiros, não havia alternativa. Os governadores [em Angola] estão confrontados com a necessidade de escolherem entre obedecer a Lisboa ou ao Rio de Janeiro. Por isso convém ter no lugar homens de confiança. (PIEDADE, 2018, p. 102).

É sabido que, recentemente, as relações entre Angola e Brasil se mantiveram muito presentes, seja pela nova vaga de exploração petrolífera de empresas brasileiras em solo e mar angolano, seja por uma relação de “humanitarismo” baseada no princípio de que os brasileiros poderiam ajudar na resolução das desigualdades sociais e econômicas em Angola, seja ainda por uma longa relação de migrações nos dois sentidos que se foi fortalecendo por

empatias culturais, identitárias, geográficas, linguísticas etc. O livro *Escravos e Homens Livres* localiza os primeiros passos dessa lógica neocolonial de aproximação, quando Benício partilha com a família pormenores da sua experiência em Angola:

Os principais negociantes são brasileiros. Eles dominam quase todos os negócios existentes, através de firmas instaladas no Rio de Janeiro, e é sintomática a cumplicidade existente entre eles e aqueles que, no plano teórico, representam os interesses de Portugal. A confirmar-se a independência do Brasil, fala-se entre eles que deveriam passar a depender, oficialmente, do Rio de Janeiro e não de Lisboa. (PIEDADE, 2018, p. 99).

Mas é durante a conversa entre Benício e Teresa Chagas que esta deixa claro que a existência de um Sul Global livre e emancipado depende diretamente do reconhecimento internacional do Norte Global, uma realidade que, infelizmente, também continua presente até os dias de hoje.

Naturalmente que a ocorrência de uma união entre a corte brasileira e angolana ou mesmo moçambicana acabaria por dificultar essa luta. Sendo o apoio da Grã-Bretanha fundamental para o Brasil obter o tal reconhecimento internacional, então podemos concluir que os brasileiros não quererão fazer frente aos britânicos. Percebe? (PIEDADE, 2018, p. 103).

Estamos perante todo um aparelho neoliberal articulado de propaganda, repressão, humilhação e exploração — que se sustenta no nível governamental através dos poderes executivos, judiciários e legislativos — no sentido de definir as liberdades, direitos e deveres com base em interesses colonialistas, capitalistas e patriarcais. Exatamente esses interesses garantiram que, em algumas ex-colônias portuguesas, se mantivesse no governo uma elite que continuou essa missão exercendo o seu poderio sobre o seu próprio povo, na lógica de Manuel Resende (escravagista em Angola e São Tomé e Príncipe) de demarcação entre o desprezado e o desprezível. A semente da assimilação do neocolonialismo fica exposta na reunião da Câmara dos Pares, após o relatório sobre o reino de Angola.

(...) e livre, tentar antes ir civilizando pouco a pouco estes gentios, ensinar-lhes a cultivar suas terras, a lavrar suas minas, e o grande cabedal que se emprega na compra de escravos empregar-se antes na compra de ouro, prata, cobre, marfim e das outras produções do vasto rico interior de África? — Ou seja, de serem escravizados nos seus próprios países. Ajudar a pilhar os seus próprios recursos. [...] e este é o meio de dar alguma consistência e consideração a estes estabelecimentos. (PIEDADE, 2018, p. 93)

A violência desse plano não se dirige apenas aos países ricos em recursos naturais que continuam a ser explorados até o presente, mas está também na forma de abandono que o império exerceu perante outros países que não representavam mais valia, num momento em que a sua dependência ao império era incontornável. Um país como São Tomé e Príncipe, entregue aos “notáveis”, provavelmente ainda se debate para resolver essa herança do abandono estratégico das suas ilhas deslocadas do continente.

Outro exemplo atroz dessas continuidades históricas é o caso do Brasil, que, após a sua “independência”, preservou o *status quo* das elites agroexportadoras que conservaram e ampliaram os seus privilégios políticos, econômicos e sociais, mantendo a escravatura e procedendo a um longo e violento processo de embranquecimento dos seus territórios, repetindo essa prática colonial exercida nas diferentes colônias, tal como é explicada por Benício sobre o reino de Angola:

- Avô, eu fecho assim os olhos e vejo aquela sociedade como um dalmata onde as manchas pretas são os brancos e entre eles nem todos são portugueses. Mas, conjuntamente com os brasileiros, formam a maioria significativa. [...] Então a solução encontrada foi a aposta nos já referidos filhos do país. Com isso criou-se entre eles uma elite considerável que, em conjunto com os portugueses, dominam o aparelho [administrativo]. (PIEDADE, 2018, p. 99).

Outra forma de lermos as continuidades históricas poderá basear-se nas expressões assimiladas e na toponímia da cidade de Lisboa que conserva, até os dias de hoje, sinais da ausência de um trabalho profundo de descolonização da linguagem. A visita do velho Bartolo ao Poço dos Negros para rezar pelas almas dos seus antepassados recorda-nos essa história apagada dos manuais escolares e a indiferença transportada até os dias de hoje, sobre um acontecimento bárbaro e representativo da supremacia branca no centro da cidade de Lisboa.

No artigo “*Venus in Two Acts*”, Saidiya Hartman descortina a carga emocional envolvida nessa viagem de recuperar partes apagadas da história e criar romances históricos que, como *Escravos e Homens Livres*, nos permitam prosseguir na urgente tarefa de completar as nossas peças perdidas.

*We begin the story again, as always, in the wake of her disappearance and with the wild hope that our efforts can return her to the world. The conjunction of hope and defeat define this labor and leave open its outcome. The task of writing the impossible, (not the fanciful or the utopian but “histories rendered unreal and fantastic”), has as its prerequisites the embrace of likely failure and the readiness to accept the ongoing, unfinished and provisional character of this effort, particularly when the arrangements*

*of power occlude the very object that we desire to rescue. Like Dana, we too emerge from the encounter with a sense of incompleteness and with the recognition that some part of the self is missing as a consequence of this engagement.* (HARTMAN, 2008, p.14).

## V. CONCLUSÃO

Conceitos como escravatura, liberdade, abolição e heroísmo têm vindo a ser desprovidos do seu carácter complexo e contextual, o que muitas vezes enfraquece o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos estudos pós-coloniais, os movimentos sociais anticolonialistas e a produção literária e artística que se centra no questionamento de paradigmas e cânones fixos, herdados de práticas coloniais acumuladas pelas sociedades atávicas do mundo ocidental. Nesse sentido, a análise literária aliada à revisitação de fatos históricos potencia a emersão de narrativas verídicas silenciadas, facilita a identificação dos modos como o colonialismo molda vetores identitários — como raça, género, classe, idade e nacionalidade, entre outros — e permite a compreensão de continuidades históricas à luz de camadas textuais que nos atualizam sobre uma agenda programática de exclusão e obliteração de vivências que constituam uma ameaça para os privilégios e benefícios que decorrem diretamente do empreendimento escravocrata.

A lógica da obliteração parte da ideia de que a existência do “outro racializado” impossibilita a igualdade social e a plena existência ocidental, moderna, universalista e democrática; e a lógica de exclusão apoia-se na inexistência de empatia perante o desaparecimento desse “outro racializado”, legitimando o seu tráfico, segregação, violação e assassinato. Assim, analisar historicamente as condições de produção de racialidade também passa por compreender o papel da literatura na produção ou questionamento dessa diferença autoritária, através de uma crítica literária e sociológica que não se limite ao simbólico, mas que relacione também práticas institucionais no nível económico, jurídico e ético. Dessa forma, uma análise crítica pós-colonial de textos literários que possibilitam uma revisitação histórica abrangente, como decorre em *Escravos e Homens Livres*, permite-nos compreender que as culturas não têm uma raiz identitária única e exclusiva e nem se validam pela unicidade e exclusividade de outras culturas coexistentes, e que a diversidade de conotações para conceitos como escravatura, liberdade, abolição e heroísmo depende exatamente dessa análise.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Rita (2018), Redesenhando a Periferia: Exclusões, Demolições e Racismo Institucional, in Carmo, André; Ascensão, Eduardo; Estevens, Ana (org.), *A Cidade em Reconstrução: Leituras Críticas, 2008-2018*. Lisboa: Outro Modo Cooperativa Cultural, 163-171

B'BÉRI, Boulou Ebanda e LOUW, P. Eric. (2011). Afropessimism: a genealogy of discourse. *Critical Arts: South-North Cultural and Media Studies*, 25:3, 335-346. London: Routledge.

COELHO, Alexandra L. (2014). "Mocambo, o bairro mais africano da cidade". In: Público. Disponível em [https://www.publico.pt/2014/07/13/portugal/cronica\\_urbana/mocambo-o-bairro-mais-africano-da-cidade-1662175](https://www.publico.pt/2014/07/13/portugal/cronica_urbana/mocambo-o-bairro-mais-africano-da-cidade-1662175). Acesso em: 20 jul. 2018.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth e SANTOS, Adriano R. (2012). Sobre Escravos e Escravizados: Percursos Discursivos da Conquista da Liberdade. In: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III Sidis). Disponível em: [http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT\\_DE\\_LA\\_TAILLE\\_ELIZABETH.pdf](http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf). Acesso em: 20 jul. 2018.

HARTMAN, Saidiya (1997). *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America (Race and American Culture)*. Nova Iorque: Oxford University Press.

HARTMAN, Saidiya. (2007). *Lose Your Mother: a Journey Along the Atlantic Slave Route*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.

HARTMAN, Saidiya. (2008). "Venus in Two Acts". In *Small Axe*, 12 (2), 1-14. North Carolina: Duke University Press.

HENRIQUES, Isabel C. e LEITE, Pedro P. (2013). *Lisboa, Cidade Africana - Percursos e Lugares de Memória da Presença Africana, Séculos XV-XXI*. Lisboa/Ilha de Moçambique: Marca d' Água: Publicações e Projetos.

NAKAYAMA, Thomas K e KRIZEK, Robert L. (1995). Whiteness: a strategic rhetoric. In *Quarterly Journal of Speech*. 81(3), 291-309. London: Routledge.

NOGUERA, Renato. (2018). Dos condenados da terra à necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. *Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia*, número 03, p. 59-73. Disponível em: <http://www.revistalatinamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2018/02/RLCIFn%C2%BA3.pdf#page=61>. Acesso em: 30 nov. 2019.

PIEADADE, Orlando. (2018). *Escravos e Homens Livres*. Lisboa: Edições Colibri.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2007) "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (78), pp. 3–46.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1988). Can the subaltern speak? In: NELSON, C. GROSSBERG, L. (Eds.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press.

### **Raquel Lima**

Doutoranda do Programa de Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.